

COFINA, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

Activo	Notas	2000		1999	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	8 e 10	92.587	83.787	8.800	18.598
Despesas de investigação e de desenvolvimento	10	15.373	15.373	-	-
		107.960	99.160	8.800	18.598
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte		6.520	4.415	2.105	3.735
Equipamento administrativo		13.893	6.077	7.816	1.785
Outras imobilizações corpóreas		10.066	7.713	2.353	3.294
	10	30.479	18.205	12.274	8.814
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	16	21.478.381	-	21.478.381	3.010.732
Partes de capital em empresas associadas	16	9.775.693	-	9.775.693	10.201.693
Títulos e outras aplicações financeiras	16	1.093.905	-	1.093.905	7.787.135
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	16	1.500.000	-	1.500.000	166.000
		33.847.979	-	33.847.979	21.165.560
Circulante:					
Dividas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, c/c	16	162.765	-	162.765	-
Adiantamentos a fornecedores		1.694	-	1.694	-
Empresas do grupo	16	335.000	-	335.000	100.489
Estatdo e outros entes públicos	49	4.177	-	4.177	7.132
Outros devedores	16	205.738	-	205.738	9.208
		709.374	-	709.374	116.829
Títulos negociáveis					
Outras aplicações de tesouraria		463		463	34.778
Depósitos bancários e caixa:					
Depositos bancários		338.459		338.459	4.308
Caixa		10		10	11
		338.469		338.469	4.319
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	50	811		811	20.512
Custos diferidos	50	24.647		24.647	24.973
		25.458		25.458	45.485
Total de amortizações			117.365		
Total do activo		35.060.182	117.365	34.942.817	21.394.383

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2000.

COFINA, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

<u>Capital próprio e passivo</u>	<u>Notas</u>	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Capital próprio:			
Capital	35 e 36	5.012.050	5.000.000
Prémios de emissão de acções	40	2.862.196	2.862.196
Reservas:			
Reserva legal	40	50.112	50.933
Reservas livres	40	629.423	616.083
Resultados transitados		-	-
Resultado líquido do exercício	40	7.204.320	224.569
		<u>15.758.101</u>	<u>8.753.781</u>
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos	34	950.000	-
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações	48	3.000.000	3.000.000
Dívidas a instituições de crédito	48	10.863.504	262.500
		<u>13.863.504</u>	<u>3.262.500</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	48	2.823.341	7.191.582
Fornecedores, conta corrente		55.276	14.007
Empresas do Grupo	16	1.000.000	
Estado e outros entes públicos	49	23.814	9.440
Outros credores	16	336.173	2.106.538
		<u>4.238.604</u>	<u>9.321.567</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	50	132.608	56.535
Total do capital próprio e do passivo		<u><u>34.942.817</u></u>	<u><u>21.394.383</u></u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2000.

COFINA, SGPS, S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999**

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

Custos e perdas		Notas	2000	1999
Fornecimentos e serviços externos			110.862	68.450
Custos com o pessoal:				
Remunerações			5.403	4.574
Encargos Sociais			1.202	1.042
Amortizações do imobilizado				
corpóreo e incorpóreo		10	28.510	25.982
Impostos			121.704	8.549
	(A)		267.681	108.597
Juros e custos similares:				
Outros		45	647.322	249.556
	(C)		915.003	358.153
Custos e perdas extraordinários		46	957.022	90.380
	(E)		1.872.025	448.533
Impostos sobre o rendimento do exercício		6 e 49	350	-
	(G)		1.872.375	448.533
Resultado líquido do exercício			7.204.320	224.569
			9.076.695	673.102
Proveitos e ganhos		Notas	2000	1999
Prestações de serviços		44	256.165	156.600
Proveitos suplementares			-	20.512
	(B)		256.165	177.112
Rendimentos de participações de capital		45	415.708	442.058
Juros e proveitos similares:				
Outros		45	83.541	18.383
	(D)		755.414	637.553
Proveitos e ganhos extraordinários		46	8.321.281	35.549
	(F)		9.076.695	673.102
Resultados operacionais:	(B) - (A)		(11.516)	68.515
Resultados financeiros:	(D-B) - (C-A)		(148.073)	210.885
Resultados correntes:	(D) - (C)		(159.589)	279.400
Resultados antes de impostos:	(F) - (E)		7.204.670	224.569
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G)		7.204.320	224.569

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000

COFINA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Montantes expressos em milhares de escudos)

	2000
Vendas e prestação de serviços	256.165
Custo das Vendas e prestação de serviços	(112.967)
Resultados brutos	143.198
Custos administrativos	(39.910)
Resultados operacionais	103.288
Rendimento de participações de capital:	
Relativas a outras empresas	415.708
Custo líquido de financiamento	(685.485)
Resultados não usuais ou não frequentes	7.371.159
Resultados correntes	7.204.670
Impostos sobre resultados correntes	(350)
Resultados correntes após impostos	7.204.320
Resultados extraordinários	-
Resultado líquido do exercício	7.204.320
Resultado por acção (Escudos)	144

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

COFINA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

Findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Montantes expressos em milhares de Escudos)

	2000		1999	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	93.400		85.361	
Pagamentos a fornecedores	(71.286)		(165.732)	
Pagamentos ao pessoal	(6.213)	15.901	(4.948)	(85.319)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operac	61.820		(25.103)	
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas	-	61.820	-	(25.103)
Recebimentos relativos a rubricas extraordinárias	122		35.549	
Pagamentos relativos a rubricas extraordinárias	(7.013)	(6.891)	(90.380)	(54.831)
<i>Fluxos gerados pelas actividades operacionais (1)</i>		<u>70.830</u>		<u>(165.253)</u>
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	18.790.908		2.154.812	
Imobilizações corpóreas	35		-	
Juros e proveitos similares	82.730		18.383	
Dividendos	415.708	19.289.381	442.058	2.615.253
Pagamentos relativos a:				
Investimentos financeiros	(23.757.229)		(8.385.060)	
Imobilizações incorpóreas	(13.199)		-	
Imobilizações corpóreas	(9.017)	(23.779.445)	(3.527)	(8.388.587)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de investimento (2)</i>		<u>(4.490.064)</u>		<u>(5.773.334)</u>
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	11.601.004		12.131.560	
Empréstimos concedidos	7.097.989		-	
Empréstimo obrigacionista	-		-	
Aumento de Capital	-		-	
Prémios de emissão de acções	-	18.698.993	-	12.131.560
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(579.183)		(232.161)	
Empréstimos obtidos	(4.368.241)		(5.839.978)	
Empréstimos concedidos	(8.832.500)			
Dividendos distribuídos	(200.000)	(13.979.924)	(100.000)	(6.172.139)
<i>Fluxos gerados pelas actividades de financiamento (3)</i>		<u>4.719.069</u>		<u>5.959.421</u>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		39.097		18.263
Variação de caixa e seus equivalentes: (1)+(2)+(3)		299.835		20.834
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		<u>338.932</u>		<u>39.097</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

COFINA, SGPS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

1. AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 as aquisições/alienações de investimentos financeiros foram as seguintes:

Aquisições

IMC – Investimentos, Média e Conteúdos, S.A.	12.652.657
Companhia de Celulose do Caima, S.A.	6.876.435
Cofina.Com II, SGPS, S.A.:	
Realização da subscrição da constituição de capital do exercício de 1999	2.105.061
Subscrição e realização do aumento de capital do exercício de 2000 (Nota 16)	1.002.411
Outras aquisições	1.120.665

	23.757.229
	=====

Alienações

Investec, SGPS, S.A.	7.114.802
Cofina.Com II, SGPS, S.A.	9.574.106
Outras alienações	2.102.000

	18.790.908
	=====

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2000 e 1999 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes no balanço naquela data é como segue:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Numerário	10	11
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	338.459	4.308
Títulos negociáveis	463	34.778
	-----	-----
	338.932	39.097
	=====	=====
Disponibilidades constantes no balanço	338.932	39.097
	=====	=====

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício de 2000 de Cofina S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de mEsc. 34.942.817 e capitais próprios de mEsc. 15.758.101, incluindo um resultado líquido de mEsc. 7.204.320), as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração de Cofina, S.G.P.S., S.A.: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: (i) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (ii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (iii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (iv) a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas para aprovação na Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos da legislação comercial, tendo ainda sido preparadas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os requisitos legais. Os investimentos financeiros nas empresas participadas estão registados ao custo de aquisição, pelo que as demonstrações financeiras individuais anexas não reflectem o efeito ao nível dos resultados e capitais próprios que resultaria caso o método da equivalência patrimonial tivesse sido utilizado, apresentando na Nota 16 informação financeira relacionada com as suas empresas participadas, bem como um resumo das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, que evidenciam, relativamente aquelas datas, um total de balanço consolidado de mEsc. 94.584.334 e mEsc. 41.578.781 e capitais próprios consolidados de mEsc. 11.115.308 e mEsc. 5.702.288, incluindo resultados líquidos consolidados de mEsc. 1.236.044 e mEsc. 906.849, respectivamente.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para os efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Cofina S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2000, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

7. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa registou ganhos extraordinários no montante de mEsc. 8.321.159, relativos a alienações de participações financeiras (Notas 10 e 46), parte das quais foram alienadas a outras empresas do Grupo. Adicionalmente, estes ganhos extraordinários foram deduzidos no cálculo da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas do exercício de 2000 (Nota 6), dado ser intenção do Conselho de Administração da Empresa cumprir com as obrigações de reinvestimento, decorrentes da legislação fiscal em vigor, através da aquisição de outras participações financeiras.

Porto, 6 de Abril de 2001

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

**EXTRATO DA ACTA DA ASSEMBLEIA DE ACCIONISTAS, DE 27 DE
ABRIL REFERENTE À APROVAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2000
E RESPECTIVA APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Entrou-se, então, no primeiro ponto da ordem do dia (deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício de dois mil), tendo o Presidente da Mesa proposto à assembleia que qualquer intervenção que se registasse pudesse referir-se, quer às contas individuais da sociedade, quer às contas consolidadas, sem prejuízo de umas e outras serem votadas separadamente, procedimento que foi aceite por todos os accionistas presentes e representados na assembleia. Tomou então a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Engenheiro Paulo Jorge dos Santos Fernandes, que referiu que os relatórios de gestão e as contas - individuais e consolidadas - exprimiam suficientemente a actividade da empresa e do grupo durante o exercício de dois mil, declarando-se, no entanto, à disposição dos senhores accionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que pretendessem. Como ninguém quisesse usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu à votação o relatório de gestão e contas do exercício de dois mil, documentos que obtiveram o voto favorável de todos os accionistas presentes e representados, pelo que se consideraram aprovados por unanimidade. Passou-se ao segundo ponto da ordem do dia (deliberar sobre o relatório de gestão e contas consolidadas de dois mil), tendo o Presidente do Conselho de Administração declarado que estava à disposição dos senhores accionistas sobre este assunto. Não se registou qualquer outra intervenção, pelo que o Presidente da Mesa pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de dois mil, documentos que igualmente obtiveram o voto favorável de todos os accionistas presentes e representados, pelo que se consideraram aprovados por unanimidade. O Presidente da Mesa declarou que estes documentos, votados ao abrigo quer do primeiro ponto da ordem do dia, quer do segundo ponto, devidamente rubricados, ficam arquivados na pasta de documento anexos às actas da assembleia geral. Seguidamente, entrou-se no terceiro ponto da ordem do dia (deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados), tendo o Presidente da Mesa dito que do relatório de gestão constava, no respectivo ponto nove, como é de lei, uma proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício de dois mil, proposta que leu e se transcreve: "O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de sete mil, duzentos e quatro milhões, trezentos e dezanove mil, quinhentos e trinta e três escudos seja aplicado da seguinte forma: Reserva legal - trezentos e sessenta milhões, duzentos e quinze mil, novecentos e setenta e sete escudos; Reservas Livres - seis mil, quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e três mil, quinhentos e cinquenta e seis escudos; Dividendos - duzentos e cinquenta milhões de escudos". Como ninguém usasse da palavra, o Presidente do Conselho de Administração submeteu a proposta atrás transcrita à votação, tendo a mesma proposta obtido o voto favorável de todos os accionistas presentes e representados, pelo que se considerou aprovada por unanimidade.